

APONTAMENTOS NA MÍDIA DE RONDÔNIA SOBRE OS IMPACTOS EM POVOS E TERRAS INDÍGENAS NO ESTADO ENTRE 2006 E 2016

Data de aceite: 28/03/2023

Rafael Ademir Oliveira de Andrade
Centro Universitário São Lucas, RO

Miriã Ortiz Passos de Andrade
Universidade Federal de Rondônia

RESUMO: O presente artigo tem como objetivo realizar uma análise dos destaques da mídia rondoniense acerca dos povos indígenas em Rondônia. Consideramos que a mídia é importante aparelho ideológico na disseminação de postulados sobre os mais variados temas sociais e que ao mesmo tempo em que estrutura elementos sociais, reproduz o posicionamento de parte da sociedade sobre um recorte das vivências e relações ali conduzidas ou existentes, assim sendo, a análise do que a mídia aponta sobre os povos indígenas nos permite analisar um dos aspectos da relação sociedade não indígena-Estado e povos indígenas, especialmente no que tange ao crescimento e desenvolvimento econômico e a Amazônia. A metodologia empregada foi a análise do conteúdo, organizando em quadros e debatendo o que foi selecionado de dados pelo Instituto Socioambiental nos

textos “Povos Indígenas do Brasil” de 2012 e 2017, com recorte temporal de análise entre 2006 e 2016. Concluímos que a mídia rondoniense possui posicionamentos de denúncia acerca das violências contra os povos indígenas e que aponta discordâncias entre o que tais populações apontam enquanto desenvolvimento e o que o Estado tem como interesse para o futuro econômico da região.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia. Povos Indígenas. Violência.

INTRODUÇÃO

Na sociedade de massas é importante ressaltarmos a importância da mídia na consolidação de interesses de grupos sociais, incluindo intencionalidades para o desenvolvimento econômico de uma determinada região. Para se implementar os processos recorrentes da busca pelo progresso e desenvolvimento se torna fundamental a utilização da mídia para cooptação dos sujeitos no que tange à

valorização e disputa social por tal objeto a ser alcançado. Em outras palavras, enquanto aparelho ideológico (ALTHUSSER, 1985), a mídia se comporta enquanto representante de interesses de classe e/ou, dependendo do grau de autonomia dos sujeitos resistentes à hegemonia cultural e discursiva, pode atuar como espaço de denúncia para violações de direitos humanos e outras questões. Questão central é que a mídia se comporta enquanto elemento de disputa de narrativas acerca do que é almejado enquanto desenvolvimento econômico e quais agentes são supostamente favoráveis ou contrários a tal processo.

A partir desta perspectiva se torna fundamental para compreensão dos fenômenos de ação social que causam riscos e vulnerabilidades e resistência dos povos indígenas no estado de Rondônia a análise do que foi publicado sobre o tema. Ao iniciarmos pesquisa na mídia rondoniense sobre os povos indígenas utilizando palavras-chave pré selecionadas, nos deparamos com a dificuldade da grande gama de publicações, inserções das redes sociais onde não há controle algum de quem publica ou se minimamente possui relação com o real, re-publicações, fake news e outros resultados quando realizamos uma busca nas plataformas de busca (Google Notícias) e considerando tais elementos, a ideia inicial desta pesquisa de pesquisar de forma ampla sobre a relação mídia e povos indígenas em Rondônia foi abandonada.

O presente trabalho tem como objetivo realizar uma análise da percepção que a mídia tem das populações indígenas no Estado de Rondônia, estado amazônico que possui alto índice de participação dessas populações em sua composição histórica e cultural, mas que é marcado por alto índice de violência contra tais populações (CIMI, 2018).

Quanto à metodologia, já foi indicado acima que a primeira dificuldade foi de organizar os dados. Em meados de 2020 durante trabalho de campo na Kanindé (ONG de defesa etnoambiental de Rondônia) entramos em contato com a coletânea do Instituto SocioAmbiental (ISA) “Povos Indígenas do Brasil” onde na seção “Aconteceu” é compilado a partir de metodologia própria dados sobre os povos indígenas de cada estado ou microrregião, incluindo recortes de matérias jornalísticas. Considerando o cenário da busca independente e a seriedade do ISA e de sua metodologia, incluímos os documentos Povos Indígenas do Brasil 2006-2010 e o 2011-2016 no rol de documentos que aqui serão analisados e submetemos-os aos procedimentos de análise do conteúdo.

RESULTADOS E ANÁLISES

Apresentamos abaixo o compilado de dados dos relatórios do ISA e apresentaremos em seguida uma análise dos mesmos de forma conectada e/ou isolada, quando necessário. Apresentaremos uma descrição do documento, contendo ano e destaque da matéria

jornalística e a natureza e formas do impacto, contendo o agente causador, a escala (local, regional, nacional ou internacional) (BRANDÃO, 2012) e quais a forma do impacto, destacando os riscos e vulnerabilidades, considerando a perspectiva de Bankoff, Hilhorst e Frerks (2004) ao definirem que o desenvolvimento tem causado, mundo afora, ampliação da diminuição de direitos fundamentais, ampliando potenciais violações e criando espaços de vulnerabilidade socioambiental ampliadas.

Descrição do documento		Natureza e formas do impacto		
Ano	destaque	Agente	Escala	Forma (riscos e vulnerabilidades)
2009	MPF pede paralisação das obras da BR 429	Estado Privado	Local	Aumento das invasões Facilitação da agricultura e extrativismo ilegal
2010	MPF investiga violações aos direitos indígenas	Estado, Privado	Local	Diversos - destacando extração ilegal de recursos e acesso à saúde
2009	Alto índice de mercúrio encontrado entre os Wari	Privado	Local	Contaminação pelo consumo de peixe e pelo desmatamento - que contribui para a mobilização do metal - índice de 8,7 Ug/g, superior ao 6,0 recomendado
2010	Hepatite faz vítima entre os Oro Win em Guajará Mirim	Estado	Local	Falta de acesso à saúde e tratamento efetivo.
2010	Zoró denunciam ação de madeireiros	Privado Estado	Local	Ação de madeireiros - uma estrada interestadual passa dentro da TI, o que facilita a constante invasão.
2010	Parceria para divulgar informações	Indígenas Privado	Local-Internacional	Os Suruí fizeram parceria com a google para acesso à tecnologia - entretanto há um conflito com relação a divulgação de dados da TI e da Amazônia.
2010	Suruí quer garantir futuro com projeto de Carbono	Indígenas	Local - Internacional	Utilização de reserva de carbono para desenvolvimento sustentável na TI, além de melhoria do bem estar do povo
2008	Depois de 38 anos, um encontro no tempo	Indígenas	Local	reencontro de famílias entre os Kwaza

2008	Wajuru perambulam enquanto não obtém reserva	Estado-Privado	Nacional - Local	Morosidade na demarcação de reserva, projetos hidrelétricos causam impactos variados na população
2009	Sipam beneficia índios Karitiana com internet	Estado	Nacional - Local	TJ, SENAI e SIPAM instalam antena que permite acesso a internet na TI Karipuna
2009	Definição das compensações da UHE de Santo Antônio	Estado privado	Nacional -Local	Impactados de diversas formas, os Karipuna e Karitiana não tiveram voz no processo de decisão das compensações
2008	Povo Migueleno perde o último falante de sua língua	Estado - Privado	Local	Morre o senhor Marcirilo Miguelem, último falante de sua língua
2008	Garimpeiros são presos na TI Uru Eu Wau Wau	Privado	Local	Garimpeiros ilegais presos dentro da TI
2009	Fazendeiros atacam último sobrevivente na TI Tanaru	Privado	Local	Conhecido como "índio do buraco" foi atacado, assim como posto da FUNAI por fazendeiros que estão ilegalmente dentro da TI Tanaru
2011	Índios Isolados da região do Rio Madeira estão desprotegidos	Privado - Estado	Local- Nacional	Impactos em indígenas isolados da região das UHE do Complexo do Madeira
2008	Cassol e os diamantes - exploração ilegal de diamantes na Reserva Cinta Larga	Privado Estado	Nacional Local	Acusação de associação do Senador e ex governador para extração ilegal de madeira na Reserva Cinta Larga, com apoio de equipe da Univ. Federal de Viçosa
2009	MPF cobra mais atenção da FUNAI para Cinta Larga	Estado	Local	MPF cobra atuação mais efetiva da FUNAI para garantir bem estar aos Cinta Larga
2010	Cinta Larga aprovam território etnoeducacional	Estado - Indígenas	Local	MPF, FUNAI, MEC, Secretarias de educação e indígenas aprovam criação de território etnoeducacional
2010	De olho nos contratos de Créditos de Carbono	Estado	Local - Internacional	MPF RO orienta FUNAI para assessorar indígenas Cinta Larga no contrato de exploração de reserva de carbono

2010	Comunidade Cinta Larga acaba de vez com o Garimpo	Indígenas	Local - Internacional	Por decisão dos indígenas, retirada de todo garimpeiro branco de sua terra, após 9 anos de exploração ilegal - resultou na operação Adamas da PF
2008	TCU aprova estudos de viabilidade de Jirau	Estado - Privado	Local - Nacional	Aprovação dos estudos de viabilidade técnica e econômica da UHE
2010	Hidrelétricas no Rio Madeira ameaçam indígenas	Estado - Privado	Local - Nacional	Destruição dos modos de viver de diversos povos
2010	UHE Jirau assina convênio com FUNAI	Estado - Privado	Internacional - Nacional - Local	Convênio para debater melhorias em educação e saúde para os atingidos.

Quadro XX - Dados compilados pelo ISA no Relatório 2006-2010, sendo realizado recorte 2008-2011

Fonte: O autor (2021) adaptado de ISA (Povos indígenas do Brasil 2006-2010).

Analisando de forma quantitativa, temos 23 ocorrências totais, sendo 15 com participação do Estado, destas, 11 foram realizadas em parceria com agentes privados, quer seja como indutor ou como ente negligente na fiscalização, já os agentes privados foram responsáveis por 4 ações sozinhos e mais uma em parceria com indígenas e estes realizaram 4 ações isoladamente. Precisamos destacar a forte ação do Estado no que tange a causar ou mitigar impactos em terras indígenas no estado de Rondônia. Há de se destacar uma questão na escala local que é o retrato de ações positivas englobando o Estado ou até mesmo agentes privados com relação aos povos indígenas no estado.

O relatório do ISA aponta que Estado tem causado ou ampliado a possibilidade de ação de agentes privados no estado de Rondônia entre os anos de 2008 a 2010 principalmente na questão da infraestrutura, no que tange à construção da BR 429 e as tratativas de construção das UHE de Jirau e Santo Antônio, a não demarcação de terras indígenas, indígenas isolados sem proteção na área de impacto ou não das UHE do Complexo do Madeira e violações sistemáticas dos Direitos Humanos das populações, especialmente na questão da saúde indígena e na retirada ilegal de recursos utilizados para a segurança alimentar e nutricional destes povos.

Aqui cabe uma ressalva: é fundamental pensar que o Estado é formado por seus agentes e por suas estruturas que também se aloca e perpassam as escalas de análise de impactos (BRANDÃO, 2012). A análise dos riscos e vulnerabilidades deste ente sobre as comunidades indígenas de Rondônia deve perpassar por alguns recortes: Primeiro as obras de infraestrutura Federais decorrentes de acordos internacionais (principalmente o PAC enquanto desdobramento do IIRSA) que neste momento são sintetizadas pelas UHE

do Complexo do Madeira, Rodovias Federais e suas ações secundárias e na escala local as obras do estado.

Do outro lado a imbricação entre Estado e agentes privados, que se torna mais tangível na análise geral destes dados e nos relatos midiáticos e do campo da pesquisa, muitas das vezes fugindo do olhar do senso comum, é evidenciado pela ação de Senadores e Ex-governadores do Estado envolvidos diretamente na extração ilegal de diamantes em terras indígenas do Estado.

Apontamos ainda na análise das ações do Estado que a instalação de internet pelo SIPAM na TI Karipuna é elemento positivo da ação do Estado, assim como a criação de território etnoeducacional para o povo Cinta Larga, sendo estas ações não conseguidas gratuitamente e sim com a parceria de apoiadores e associações dos povos indígenas.

Com relação aos agentes privados temos uma primeira questão: suas ações decorrem de uma necessidade econômica e do impulso do Estado (que fomenta ou não reprime a ação), desta forma temos o relato da ação de madeireiros, garimpeiros ilegais e da presença de mercúrio entre as populações indígenas. Aqui as notícias organizadas pelo ISA não divergem dos relatórios da CPT e do CIMI, que destacam forte ação do Estado e de agentes privados para causar e potencializar impactos em terras indígenas no estado de Rondônia, assim como na Amazônia como um todo (ANDRADE, 2021).

Adicionamos que agentes privados em parceria com os indígenas, tal como a Google no que tange ao acesso a internet e dados entre os Suruí e os Projetos de créditos de carbono aos Cinta Larga são conexões nacionais e internacionais que impactam - no primeiro momento positivamente - na vida social destes grupos. Em 2010 os Cinta Larga iniciaram ação para “acabar de vez” com o garimpo em suas terras ao mesmo tempo em que a possibilidade de garantir o etnodesenvolvimento da comunidade ganhou força com a questão do carbono. Considerando a complexidade desta relação internacional estabelecida por estes povos indígenas, cabe abrir um espaço para apresentação geral e específica do que é e como se aplica no contexto local tal ação.

A questão do crédito de Carbono tem seu debate inicial na terceira Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-3) em Kyoto, onde se estabelece o chamado “Protocolo de Kyoto” que dentre muitas coisas aponta a necessidade de remoção do CO₂ (gases de efeito estufa) de países desenvolvidos e subdesenvolvidos (LIMA, 2018). A partir de 2005, com a entrada da Rússia em 2004, um dos processos do Protocolo estabelece os meios de converter em dinheiro os benefícios da conservação ambiental.

O mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) aponta que países desenvolvidos apoiem ações sustentáveis em países listados como não desenvolvidos, sempre

considerando seus pilares a participação voluntária das partes envolvidas, benefícios que possam ser de longo prazo e mensuráveis na mitigação da mudança de clima e reduções adicionais às que poderiam ser alcançadas na ausência da atividade, estabelecendo quais tipos de projetos devem ser aprovados (LIMA, 2018), sendo esta ferramenta e seus pilares o que permite a resolução dos créditos de Carbono em países como o Brasil e nas terras indígenas de Rondônia.

O crédito de carbono é quando a redução da emissão de gases de efeito estufa (CO₂) é contabilizada como ativo financeiro. As Reduções Certificadas de Emissão (RCE) “são emitidas e certificadas por entidades operacionais a serem designadas pela Conferência das Partes na qualidade de reunião das Partes deste Protocolo conforme item 5 do artigo 12 do Protocolo de Kyoto” (LIMA, 2018), mensuradas por toneladas de dióxido de carbono equivalentes no local de preservação e emissão dos mesmos, assim sendo, cada tonelada de dióxido de carbono retirada da atmosfera equivale a uma unidade de RCE. Dentro deste processo, os projetos podem ser classificados em de redução de emissão ou de sequestro de carbono, sendo este último o relacionado aos projetos indígenas em Rondônia.

O trabalho do servidor da FUNAI e professor Danstin Nascimento Lima (2018) nos fornece a análise de alguns documentos cedidos pela FUNAI e pelo MPF-RO sobre a creditação de carbono entre os Paiter Suruí de Rondônia, dentre as principais elencamos: que os Paiter Suruí (Suruí de Rondônia) foram impactados de diversas formas pelo contato, sendo que uma delas foi a prática de ilícitos na exploração de recursos para manutenção da sua vida econômica, vendendo madeira por valores irrisórios o que, além dos danos ambientais, causaram danos sociais ao passo que muitos indígenas saíram da sua terra tradicional devido esta forma de contato com a sociedade capitalista circundante.

Assim, Danstin Lima (2018) aponta, assim como as matérias do ISA (2011), que o Crédito de Carbono foi alternativa que o povo encontrou para se livrar desta dependência criada e dos impactos socioambientais já sentidos pela comunidade depois de anos desta prática. O “Projeto de Carbono Florestal Suruí” seria uma forma de acabar com o ilícito e fortalecer uma “economia consciente” que resolveria dois problemas: o contato não benéfico com os agentes ilegais de extração e o fim da ação predatória que já impactava no bioma e nas formas de vida dos Paiter Suruí.

De acordo com Lima (2018) os Paiter Suruí foram representados por sua Associação Metareilá, que foi a proponente do Projeto de Carbono Florestal Suruí e que contou com apoio de outras instituições que atuaram como parceiras dentro do processo “como a Associação de Defesa Etnoambiental (Kanindé); a Equipe de Conservação da Amazônia (ACT – Brasil); a Forest Trends; o Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas (IDESAM) e; o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade” (LIMA, 2018). Todo o

processo se iniciou com uma reunião entre os Clãs Suruí para entendimento de objetivos (em 2009) e elegendo Almir Suruí como representante do Povo, o processo se desenvolveu principalmente a partir de suas ações - que incluem parceria com o Google e com a ONG norte americana Forest Trends. Lima (2018) aponta que o Projeto de Carbono Florestal Suruí indica pontos positivos de sustentabilidade para o povo em diversos aspectos, desde segurança alimentar e nutricional até continuidade cultural a partir de oficinas e certa estabilidade econômico-social do povo.

Apesar de alongado debate, se torna fundamental apontar algumas questões que se relacionam diretamente com o objeto desta pesquisa: os agentes de escala internacional, no caso do Projeto Carbono Florestal Suruí, se consolidam enquanto parceiros na mitigação de impactos causados por agentes locais (madeireiros e garimpeiros ilegais) dentro da Terra Indígena. Tal perspectiva esclarece a interação entre escalas e agentes quando falamos de impactos locais, o que nos permite romper com a perspectiva localista de análise de impactos (BRANDÃO, 2012), que nos permite afirmar que tanto na causa quanto na mitigação/prevenção de impactos as escalas locais a internacional (ou global, como coloca Carlos Brandão) se entrecruzam a partir da ação social dos agentes envolvidos.

No caso específico do Projeto de Carbono dos Suruí de Rondônia tal complexidade se define a partir da ação de diversos entes: Ministério Público, FUNAI e outros representando o Estado, o Google, Kanindé e outras empresas/Ongs representando os agentes privados (não desconsiderando os próprios extrativistas ilegais) e o Povo Indígena que historicamente passa de facilitador do processo de exploração para a criação de um Fundo Social a partir do Crédito de Carbono que cria outras perspectivas de sustentabilidade para o mesmo e para a região.

Apesar de compreendermos este Projeto enquanto um importante estudo de caso para se analisar os povos indígenas e suas estratégias de sobrevivência frente ao contato recente e histórico com o capitalismo local e global, não pretendemos nos alongar nas análises do mesmo, focando no que aqui nos interessa para ampliar a teia discursiva da tese: há uma clara interação entre escalas e agentes de impacto e mitigação destes no caso dos Paiter Suruí.

Nos anos de 2008 a 2009 foram publicadas quatro notícias que apontam a questão dos impactos decorrentes das UHE de Jirau e Santo Antônio sobre a comunidade geral e os povos indígenas. Uma notícia divulgada pela Agência EFE aponta que a ONG Britânica Survival indica¹ impactos em diversos povos indígenas aldeados e isolados. No que tange aos isolados destacam-se formas de impacto desde as “esperadas” (como transmissão de

1. <https://www.survivalbrasil.org/informacao/barragens-rio-madeira>

doenças, alteração dos leitos do rio) até os barulhos da construção que levaram isolados a se movimentar e entrar em contato com garimpeiros ilegais na área de impacto das UHE.

Outra questão importante de se analisar é a matéria “UHE Jirau assina convênio com FUNAI” divulgada pelo site Portal Rondônia² em outubro de 2010 e compilada pelo ISA. Nesta, o presidente da FUNAI Márcio Meira afirma que há toda estrutura para estabelecer a relação entre povos indígenas e as construtoras e destaca, durante a abertura oficial da Frente do Madeira: “Temos toda a infraestrutura para trabalharmos juntos. Esse é um grande marco na relação entre os povos indígenas e os grandes empreendimentos. O Brasil precisa crescer, mas com responsabilidade e é nisso que estamos trabalhando agora” (ISA, 2011).

Há de se destacar uma intencionalidade política do Governo Federal (representado na FUNAI) de estabelecer uma prioridade para o desenvolvimentismo de grandes obras infraestruturais que ganha força no segundo governo Lula (STIBICH, 2019) e mesmo que a relação entre indígenas e empreendimentos tenha sido desleal/violenta, cabe ao gerente superior do órgão indigenista oficial estabelecer uma suposta parceria positiva, legitimando os empreendimentos e um plano de crescimento para o Brasil, reflexos do IIRSA e do PAC. Neste contexto, temos o Estado enquanto agente de impacto em diversas frentes: tanto como facilitador/indutor dos processos de construção da UHE, incluindo sua busca por governabilidade, e um agente estatal reforçando tal ação em seus discursos e eventuais práticas.

Descrição do documento		Natureza e formas do impacto		
Ano	destaque	Agente	Escala	Forma (riscos e vulnerabilidades)
2011	Luz para todos chega aos Gavião	Estado	Nacional/ Local	Programa nacional com apoio da Eletrobrás regional leva eletricidade à comunidade indígena
2011	MPF investiga violações dos Direitos Indígenas	Estado	Nacional/ Local	110 investigações, sendo destas 31 na questão da saúde indígena - diversos povos indígenas
2011	ICMbio deve acompanhar demarcação de TI dos Migueleno	Estado	Nacional	Formação de equipe interinstitucional para estudos de demarcação da TI

2. A notícia original não foi encontrada em 2021, acredita-se que o site não está mais disponível. Entretanto o ISA compilou o texto original em seu site <https://terrasindigenas.org.br/en/noticia/93084>

2011	Justiça Manda paralisar PCHs	Estado/ Privado	Nacional/ Local	Paralisação de três PCHs impactando em TI Uru Eu Wau Wau, com documentações e dimensões do impacto não realizadas
2011	Invasões e grilagens avançam sobre território Karitiana	Privado	Local	Território Karitiana, cercado por fazendas, é ameaçado cada ano mais por invasores
2011	Juiz fecha madeiras que devastam três TIs	Privado	Local	Ação do MPF de Ji-Paraná, fechamento de 9 madeiras que exploram ilegalmente 3 terras indígenas
2012	Operação na TI Karipuna flagra extração de madeira	Privado	Nacional Local	Operação Karipunas, desenvolvida pela FUNAI - sem prisões, com desmantelamento de acampamentos nas bordas da TI
2012	Prefeituras devem prestar contas sobre recursos da saúde indígena	Estado	Local	O MPF RO cobra que sejam realizadas prestações de conta e que os recursos em caixa sejam utilizados em projetos da área
2013	Rondônia tem 16 inquéritos civis públicos sobre TIs	Estado	Nacional Local	16 áreas com solicitações e sem processo de demarcação, revisão de demarcação e denúncia de invasões
2013	Governo entrega licença de piscicultura aos Amondawa	Estado/ indígenas	Local	Recebimento de licença para a Associação Amondawa
2013	Indígenas declaram guerra à Usina Tabajara	Estado	Internacional/ Nacional/ Local	Assessoria da Aneel afirma que há uma declaração de guerra dos indígenas contra UHE prevista no PAC 2
2014	Dilma defende estrada nos limites da reserva Karipuna	Estado	Nacional- Local	Construção da BR 421 nos limites da TI Karipuna teve intervenção judicial da presidência
2014	Responsabilidades de Jirau com Indígenas é investigada	Estado	Nacional- Local	MPF RO aponta que há impactos em TI e as propostas de compensação estão atrasadas
2014	Retirada ilegal de Madeira em TIs	Privado	Local	Polícia Federal investiga retirada ilegal de madeira em TI com apoio do IBAMA

2011-2015	Venda de carbono pelos Suruí (compilado de 7 notícias)	Indígenas	Local - Internacional	Indígenas do povo Suruí iniciam venda de créditos de carbono para investimento em etnodesenvolvimento
2011	Povo Zoró: Estradas e Ameaças	Estado - Privado	Local	Ação de madeireiros e de uma estrada estadual que corta a TI Zoró
2011-2015	Garimpo ilegal na Terra Indígena Cinta Larga	Estado Privado	Local-Nacional	Várias ações sobre garimpo ilegal na TI dos Cinta Larga, incluindo participação de acusados da Lava Jato nas denúncias (2015)
2011	Kassupá e Salamã receberão compensação da UHE Santo Antônio	Estado-Privado	Nacional-Local	Entrada dos povos no processo de compensação após ação do MPF RO
2012	Karitiana denunciam ação de madeireiros contra isolados	Privado	Local	Isolados na TI Karitiana estariam vulneráveis a ação ilegal de madeireiros

Quadro XX - Dados compilados pelo ISA no Relatório 2011-2016

Fonte: Os autores (2022) adaptado de ISA (Povos indígenas do Brasil 2011-2016).

Nas primeiras quatro ocorrências registradas pelo ISA (2017) temos a ação do Estado enquanto agente fiscalizador ou indutor de ações que diminuem ou mitigam danos historicamente causados, sendo todas no ano de 2011: Luz para todos chega aos Gavião, MPF investiga violações dos Direitos Indígenas, ICMBio deve acompanhar demarcação de TI dos Migueleno e Justiça Manda paralisar PCHs. Salientamos o princípio da autonomia funcional exercida pelos Ministérios Públicos (tanto estaduais quanto federais) permite que o mesmo possa fiscalizar não apenas ações de agentes privados assim como de outros órgãos do Estado, tornando fundamental sua existência para a manutenção da democracia e sendo espaço de ação de indigenistas e indígenas na busca por seus direitos.

Ainda em 2011 temos duas ações que remontam à algumas análises aqui realizadas: há uma interseccionalidade entre o Estado enquanto agente indutor ao mesmo tempo que pode, se acionado neste sentido, ser impeditivo ou mitigador de danos causados às comunidades indígenas: ao mesmo tempo que lemos “Invasões e grilagens avançam sobre território Karitiana”, demonstrando contínuo impacto de agentes privados sobre estes, destacamos “Juiz fecha madeiras que devastam três Terras Indígenas”.

Apesar desta atuação aqui destacada, o Estado brasileiro, em seu modelo neoliberal de relação com a produção do campo, não priorizando a proteção aos pequenos agricultores e extrativistas, compactuando com a agricultura capitalista que não encontra barreiras e

sim terreno fértil para se desenvolver, ampliando as violências e desigualdades no campo, o que eventualmente resulta em invasões em terras indígenas.

Citamos alguns exemplos desta leitura: o debate feito pela professora Marilsa Miranda de Souza (2012) e os relatos do antropólogo Emílio Moran (1977) apontam que, considerando os diferentes contextos históricos a relação entre Estado, ocupação do território amazônico e povos indígenas resulta em migrações de larga escala (projetos de colonização, obras de infraestrutura) que se desdobram em migrações espontâneas para espaços outros que eventualmente resultam em invasões e conflitos com indígenas da região. Destacamos que a própria concentração de terras - pela grilagem de larga escala e pela inter-relação entre elites locais agrárias e o poder político - é um dos fatores que levam a tais migrações. Assim, desde as políticas de ocupação territorial até uma economia amplamente pautada na expansão territorial (FURTADO, 1973; OLIVEIRA, 1988) e englobação de todo espaço nesta lógica de mercado temos uma perspectiva de desenvolvimento que instiga a violência contra aqueles que pretendem ter usos outros para tais espaços.

Assim, podemos concluir que existem diversas formas de atuação do Estado enquanto agente estudado nas relações de impactos em terras indígenas: os governos em suas diferentes escalas de atuação (federal, estadual, municipal), a relação que o mesmo possui com as grandes corporações do agronegócio nacional, multinacional, as políticas públicas direcionadas tanto para os pequenos agricultores quanto para a proteção e etnodesenvolvimento dos povos indígenas e os órgãos fiscalizadores e indigenistas. Aqui nos deparamos com a proposição de políticas públicas para o desenvolvimento como competência quase exclusiva do Estado enquanto ente sujeito ao mercado - entrando a sociedade organizada enquanto ente em disputa por tal participação e no cenário brasileiro, ainda de forma fraca e precarizada nos processos decisórios.

Na análise do quadro acima destacamos a reincidência de violências (garimpo, madeiras, ataques contra isolados) e destacamos os impactos de um modelo desenvolvimentista que corrobora com o que foi debatido Vainer (1996) no que tange aos desdobramentos do PAC no estado de Rondônia. As Usinas Hidrelétricas e outras obras infraestruturais são defendidas pelo Governo Dilma e por agentes políticos locais ao passo que são parte da resistência dos povos indígenas.

Destacamos algumas notícias para análise: “Dilma defende estrada nos limites da reserva Karipuna”, as estradas são parte fundamental da entrada e escoamento de materiais/detritos, assim como a integração de territórios ao modelo de exploração capitalista da terra e mesmo que uma estrada não passe dentro de um território indígena é possível mensurar os impactos causados pela mesma ao ponto que facilitam o deslocamento de

agentes privados causadores de impactos ou seja, tornam acessíveis tais territórios para uma exploração mais efetiva - do outro lado os agentes de fiscalização se encontram cada ano mais precarizados (FUNAI, 2008-2018).

Ainda neste contexto temos três notícias que apontam cenários diferentes: “Indígenas declaram guerra à Usina Tabajara” onde é disposto a percepção prévia dos indígenas da região sobre os impactos que a UHE Tabajara irá causar em seus territórios. A notícia seguinte é “Responsabilidades de Jirau com indígenas é investigada” onde há um esforço coletivo para identificar os impactos causados pela UHE Jirau - que resultou no apontamento aos Karitiana, Karipuna e os Kassupá/Salamãi como impactados.

CONCLUSÃO

Realizando a análise dos dois documentos do ISA onde notícias publicadas sobre as populações indígenas em Rondônia chegamos às seguintes conclusões: a disputa pelas políticas públicas do que é desenvolvimento em um país, região, localidade impactam sobre as populações de forma diferenciada, onde temos que considerar os recortes de classe, de ocupação territorial e de raça/etnia - elementos amplamente imbricados quando consideramos os usos territoriais na Amazônia e mais, tais políticas são coordenadas pelo Estado e pelos governos mas não sem a influência de agentes privados da escala local (pressão por votos ou apoio político local) até a internacional (como a governabilidade garantida pela relação com o capitalismo mundializado).

Ainda nesta análise é possível perceber um caráter informativo e de denúncia por parte da imprensa local, o que nos fala sobre a permeabilidade de agentes indigenistas e indígenas dentro deste local de posicionamento público. Por fim, consideramos que ficou claro nesta subseção uma questão ainda pouco debatida: que apesar das fortes evidências que o Estado é agente causador de impactos (por indução ou falta de fiscalização), órgãos de Estado (como o Ministério Público) têm atuado na região na intenção de prevenir ou mitigar danos causados por agentes privados ou públicos. Torna-se fundamental a ação destes órgãos na busca pela democracia idealizada pela Constituição Federal e Leis decorrentes de tratados internacionais assinados pelo Brasil.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985. v. 2.

ANDRADE, Rafael Ademir Oliveira de. **Dimensões e articulações dos impactos, as relações dos poderes públicos, privado e povos indígenas em Rondônia**. 2021. 251f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente (PGDRA), Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), Porto Velho, 2021.

BANKOF, Greg; GEORG, Frerks; HILLSHORST, Dorothea. **Mapping vulnerability: Disasters, development & people**. London: Earthscan, 2004.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2.ed. São Paulo: Unicamp, 2012.

CIMI. **Congresso Anti-Índígena**: os parlamentares que mais atuaram contra os direitos dos povos indígenas. Brasília: CIMI, 2018. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/congresso-anti-indigena.pdf>. Acesso em: 26 set 2022.

CIMI. **Relatório da Violência contra povos indígenas no Brasil**. Brasília: CIMI, 2018.

CPT. **Relatório da Violência no Campo**. São Paulo: Comissão Pastoral da Terra, 2018.

FUNAI. **Relatórios Anuais de Gestão (2008-2018)**. Brasília: Fundação Nacional do Índio, 2008-2018.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

ISA. **Povos Indígenas do Brasil 2011-2016**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2017.

LIMA, Danstin Nascimento. **Crédito de carbono gerado em terras indígenas: uma análise a luz da sustentabilidade**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Contábeis) - Universidade Federal de Rondônia, Cacoal, 2018. Disponível em:

<http://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/2534>. Acesso em: 18 set 2022.

MORAN, Emílio. Estratégias de sobrevivência: o uso de recursos ao longo da rodovia Transamazônica. **Acta Amazônica**, v. 7, n. 3, p. 363-379, 1977. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-43921977073363>. Acesso em: 18 set. 2022.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras indígenas, economia de mercado e desenvolvimento rural. In: Oliveira, João Pacheco de (org.). **Indigenismo e territorialização: poderes, rotinas e saberes coloniais no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. p. 43-68.

STIBICH, Ivan Abreu. **Esforços para a implantação de uma “nova política indigenista” pelas gestões petistas (2003-2016): etnografia de um processo a partir da Fundação Nacional do Índio (Funai)**. 2019. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/38533>. Acesso em: 18 set. 2022.

SOUZA, Marilza Miranda de. A resistência indígena e camponesa frente à expansão do latifúndio na atualidade. **Revista Labirinto**, v. 16, p. 164-181, 2012. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/LABIRINTO/article/view/978>. Acesso em: 28 set. 2022

VAINER, Carlos. Bernardo. População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas. In: MARTINE, George (org.). **População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 1996. p. 183-207.